

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: 25 anos de conquistas, resistências e a garantia do direito à educação no Maranhão

Diana Costa Diniz<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo parte dos dados da pesquisa em andamento Panorama da Educação do Campo no Maranhão entre os anos de 1998 e 2022, vinculada ao grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação (GEPPE/UFMA). Optou-se aqui por abordar as ações do programa considerando os vinte cinco anos de existência no Maranhão, voltadas para a oferta de educação do povo camponês e de comunidades tradicionais rurais. A pesquisa de caráter qualitativo adotou como aporte metodológico o materialismo histórico-dialético. Os principais procedimentos de pesquisa adotados foram: a pesquisa bibliográfica e análise documental na busca de dados e informações em produções científicas que estudam o campo maranhense e a política de educação do campo no Estado. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em decorrência da luta dos movimentos sociais camponeses vem dando um caráter diferenciado nas propostas de educação do campo. Essa política pública do governo federal, executada pelo INCRA, no MDA e universidades brasileiras vem ampliando o acesso a escolarização formal dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e tornou-se um importante instrumento de democratização do conhecimento, em todos os níveis da Educação Básica, na modalidade de EJA – Educação de Jovens e adultos, educação profissional e ensino superior.

Palavras-Chave: Pronea. Educação do Campo. Movimentos Sociais.

### ABSTRACT

The objective of this work is part of the data from the ongoing research Panorama da Educação do Campo in Maranhão between the years 1998 and 2022, linked to the group of Studies and Research on Public Education Policies (GEPPE/UFMA). It was decided here to address the program's actions considering the twenty-five years of existence in Maranhão, focused on offering education to peasant people and traditional rural communities. The qualitative research adopted

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão; Doutorado; dcostadiniz@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO





historical-dialectical materialism as a methodological contribution. The main research procedures adopted were: bibliographic research and document analysis in the search for data and information in scientific productions that study the Maranhão countryside and the rural education policy in the State. The National Program for Education in Agrarian Reform (Pronera), as a result of the struggle of peasant social movements, has been giving a differentiated character to rural education proposals. This federal government public policy, carried out by INCRA, the MDA and Brazilian universities, has been expanding access to formal schooling for rural workers and has become an important instrument for the democratization of knowledge, at all levels of Basic Education, in modality of EJA – Youth and adult education, professional education and higher education.

**Keywords:** Pronera. Field Education. Social movements.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe analisar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) voltadas para a oferta de educação do povo camponês e de comunidades tradicionais rurais no estado do Maranhão no período de 1999 a 2022. O programa é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária pelo governo brasileiro, com o objetivo de fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. O Pronera nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de Reforma Agrária, têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

## 2 DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO

O modelo de educação com a finalidade de atender aos interesses do modelo econômico, implantado no Brasil a partir de 1930, não contribuiu com mudanças no setor educacional no Maranhão. A influência do ruralismo pedagógico se concretizou na primeira década do século XX, com a criação da escola de caráter profissionalizante Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, pelo Decreto nº 8.319/1910, na administração provincial de Francisco de Assis Lopes Junior, no município de Guimarães.

### PROMOÇÃO



### APOIO





Essa iniciativa do governo com ênfase na formação prática de técnicos agrícolas “estabelecia uma segunda rede de escolarização, proletarizante, que realizava a divisão de classes às claras, sem mesmo os subterfúgios da escola primária única.” (ANDRADE, 1984, p. 66). Em 1914, a instituição foi desativada na presidência de Otávio Augusto Coelho de Souza, ficando suas instalações abandonadas, o que demonstra o desinteresse em relação à questão educacional. Em 22 de novembro de 1916, por ordem do governador Herculano Nina Parga, transferiu-se para a ilha de São Luís, no sítio “São Bartolomeu” em local chamado Maiobinha, cuja escola transformou-se na atual “Escola Agrotécnica Federal de São Luís”, instalada no Maracanã, onde atualmente funciona o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Apesar das reformas realizadas em alguns ramos do ensino, posteriormente complementadas por outras Leis Orgânicas em 1946, na gestão de Vitorino Freire, estas não trouxeram mudanças, visto que 80% da população permanecia analfabeta, além da existência de poucas escolas e falta de vagas que atendessem às demandas do ensino primário, médio e superior. Assim, a Lei do Ensino Agrícola, aprovada pelo Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, instituiu no artigo 1º: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino, até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.” Também, na mesma Lei, entre as finalidades do Ensino Agrícola, lê-se no artigo 2º:

O ensino agrícola deverá atender:

1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana.
2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra. (BRASIL, 1946).

Esse caráter instrumental/utilitarista e idealista implícito na política educacional da época representava a necessidade de manter os camponeses na zona rural, evitando o inchaço das cidades e desordenamento da sociedade industrial e urbana em construção. Todo o período que compreende o Estado Novo no Maranhão foi marcado por contradições sociais, educacionais e econômicas, o incentivo à propriedade privada, concentração de terras nas mãos de poucos e manutenção da força de trabalho nos grandes latifúndios.

Por outro lado, a desapropriação das terras do campo no Maranhão caracteriza-se como uma das mais violentas entre os estados brasileiros. De acordo com Barbosa (2006),

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

nas décadas de 1980 e 1990, a implementação do Projeto Carajás, pela Companhia Vale do Rio Doce, e a instalação da indústria de alumínio, pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), vão alterar o perfil industrial do estado e forjar a redefinição das lutas populares, causando grande impacto no campo maranhense. Nesse cenário:

O próprio Estado passou a promover a venda de terras públicas para grandes grupos empresariais por preço abaixo de mercado. Esta frente de expansão foi acompanhada pela intensificação da 'grilagem' no campo maranhense, pelo uso privado de terras devolutas [...]. Em todo o estado, começaram a se erguer as cercas em áreas de babaquais. (BARBOSA, 2006, p. 83).

Percebe-se que esse cenário apontado pela autora vai colaborar para a intensificação dos conflitos no campo, colocando o Maranhão como o mais violento entre os estados da Federação, pois, nesse período, acirram-se os conflitos entre as famílias assentadas e os grandes fazendeiros. Estes, por meio de violência física e psicológica, buscam expulsar os trabalhadores de suas terras.

Essa realidade no campo maranhense apontada por Barbosa (2006), referente às décadas de 1980 e 1990, chega às primeiras décadas do século XXI sem sofrer significativas alterações. Conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>2</sup> de 2019, o Pará liderou as estatísticas de conflitos pela terra totalizando doze casos, seguido pelo Amazonas com cinco, Mato Grosso e Maranhão, ambos com três casos.

É partindo desse cenário que se intensificam os debates sobre questões agrárias, protagonizados, inicialmente, pelos herdeiros das Ligas Camponesas<sup>3</sup>, pelos sindicatos e movimentos sociais do campo em conjunto com setores progressistas da Igreja Católica e partidos de esquerda. Por outro lado, a preocupação com a educação popular se fez presente também nos anos de 1960, quando os movimentos sociais camponeses defensores da Educação Popular promoveram fortes iniciativas de educação voltadas para a população rural, entre elas, destacam-se o Movimento de Educação de Base (MEB) e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da alfabetização de jovens e adultos por Paulo Freire.

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5037-despejos-assassinatos-e-reforma-agraria-paralisada-marcam-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>3</sup> Movimento camponês criado em 1954, em Pernambuco. Funcionou basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Esse movimento existiu até 1964, quando seus integrantes foram perseguidos e colocados na ilegalidade.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Percebe-se que a defesa por uma educação diferenciada surge no Brasil na década de 1960, momento em que o campo sofre fortemente com a pobreza extrema, intenso êxodo rural, ausência de políticas públicas etc. Em contraposição à situação apresentada, estratégias de resistência e permanência no campo começaram a ser articuladas, motivadas pelo processo de reflexão sobre a situação e as mazelas vivenciadas pelos camponeses, como a ausência do direito à educação voltada aos filhos dos trabalhadores do campo, ao contrário de sua afirmação enquanto produtor de alimentos (de vida) estimulando a saída dos jovens para a cidade.

No Maranhão, os movimentos em torno da garantia do direito à educação para as pessoas que vivem no e do campo estão presentes desde a década de 1960, no contexto do MEB e do movimento da Pedagogia da Alternância (PA), experiência educativa que teve início em Lauzan, na França, nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), com a denominação de *Maisons Familiales Rurales* (Casas Familiares Rurais), criada em 1937 por um grupo de agricultores e auxílio de um Padre católico Granereau. Essa iniciativa educativa camponesa foi protagonizada por sujeitos do campo diante da falta de interesse por parte do Estado, então restava aos jovens do campo duas alternativas: sair do campo para continuar os estudos ou permanecer no campo sem estudar.

No Brasil, a PA teve início em 1969, no estado do Espírito Santo, com a criação da EFA de Olivânia, no município de Anchieta, encabeçada pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), liderado pelo religioso jesuíta Padre Umberto Pietrogrande. O Brasil foi o pioneiro na Implantação deste sistema educacional na América Latina. Sobre a história da PA e sua inserção no Brasil, tem sido objeto de discussão e interesse de diversos autores (NOSELLA, 1977; GIMONET, 1998; TEIXEIRA; BERNARTT; 2008; GARGIA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2012; BEGNAMI, 2006; QUEIROZ, 1997).

É nesse contexto que se sobressai a discussão da Pedagogia da Alternância no Maranhão, através da implantação da primeira Escola Família Agrícola (EFA) no Município de Poção de Pedras, em 1984. Ressalta-se que em 1982 foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB); em 1991, foi criada a Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR - SUL); e, em 1996, Associação das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste do Brasil (ARCAFAR - NORTE/NORDESTE). Posteriormente, em 2001, essas instituições se organizaram em uma só rede – os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), como uma denominação geral para as

PROMOÇÃO



APOIO



instituições que atuam com a Pedagogia da Alternância, vinculadas às seguintes Associações: as EFAs são representadas pela União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA)<sup>4</sup> e as CFRs são representadas pela Articulação Estadual das Casas Familiares Rurais do Maranhão (ARCAFAR-MA) e pelo Instituto de Representação, Coordenação e Assessoria das Casas Familiares Rurais (IRCOA).

Em 1996, foi criada a primeira Casa Familiar Rural (CFR) no Maranhão, no Povoado de Coquelândia, em Imperatriz. Posteriormente, outras escolas foram criadas nos diversos municípios do Estado. No Quadro 01, podemos ver a quantidade de Centros de Formação por Alternância existentes no Maranhão, bem como sua localização.

Quadro 01 – Centros de Formação por Alternância no Maranhão

Escola de Alternância	Região	Escola de Alternância	Região
CFR Barreirinhas	Lençóis Maranhense	EFA de Morros	Baixo Munim
CFR de Amarante	Tocantins	EFA de Marajá do Sena	Imigrantes
CFR de Açailândia	Carajás	EFA Sucupira do Norte	Alpercatas
EFA de Lago do Junco	Médio Mearim	EFA de Anajatuba	Baixo Itapecuru
EFA de Paulo Ramos	Imigrantes	EFA de Arari	Rodo-Ferroviário
EFA de Pio XII	Pindaré	EFA de Balsas	Gerais de Balsas
EFA de São João Batista	Baixada	EFA de Bela Vista MA	Pindaré
EFA de São João do Sóter	Dos Timbiras	EFA de Capinzal do Norte	Médio Mearim
EFA de Cantanhede	Vale do Itapecuru	EFA de São Luiz Gonzaga	Mearim
EFA de Codó	Cocais	CFR de Sítio Novo	Das Serras
EFA de Coroatá	Cocais	CFR de Timon	Médio Parnaíba
CFR de Chapadinha	Alto Munim	CFR de Coquelândia	Tocantins
EFA de Turiáçu	Pericumã	EFA de Lago da Pedra	Médio Mearim
EFA de Turilândia	Pericumã	EFA de Vitorino Freire	Mearim
CFR de São Luís	Ilha do Maranhão	CFR Padre Josino Tavares Bom Jesus das Selvas	Tocantins
CFR Albemirim (Bequimão)	Baixada	CFR de Araiões	Baixo Parnaíba
CFR de Itapecuru Mirim	Vale do Itapecuru	CFR de São Bernardo	Baixo Parnaíba
CFR de Buriti	Baixo Parnaíba	CFR de Primeira Cruz	Lençóis Maranhense

Fonte: atualizado a partir de Silva (2010).<sup>5</sup>

Como se pode notar, no Maranhão temos um quantitativo de 39 escolas organizadas em conformidade com a Pedagogia da Alternância em 38 municípios distribuídas da seguinte forma: 20 (vinte) CFRs que ofertam Educação Profissional de Nível Técnico na modalidade

<sup>4</sup> Foi fundada em junho de 1997.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://uaefama.webnode.page/sobre-nos/>; <https://www.instagram.com/cfrsdomaranhao/>.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

integrada ao Ensino Médio na área de agropecuária. Ressalta-se que duas escolas estão fechadas, as do município de Monção e Pindaré. No que diz respeito à EFAs, temos 19 (dezenove), das quais 12 (doze) ofertam Ensino Fundamental e 07 (sete) Educação Profissional de Nível Técnico na modalidade integrada ao Ensino Médio na área de agropecuária.

A proposta pedagógica de Alternância foi reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9394/96), nos artigos 28 e 81, e reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação, por meio dos Pareceres CNE/CEB nº 1/2006<sup>6</sup> e nº 22/2020<sup>7</sup>. É uma proposta de educação voltada para a formação integral do ser humano e para a profissionalização dos jovens, reforçando os laços familiares e a herança cultural, dentro de um projeto de desenvolvimento baseado no resgate da cidadania e na organização comunitária. A Pedagogia da Alternância baseia-se em um processo formativo que ocorre em espaços e tempos alternados e diferenciados: Tempo Escola e Tempo Comunidade. Trata-se de valorizar o aprendizado por meio de experiências e reflexões da realidade concreta dos estudantes, que envolve a formação humana.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o cenário do campo maranhense aponta para outros horizontes. Segundo Araújo (2012, p. 12):

[...], novas formas de organização dos camponeses passaram a ser constituídas como estratégias de emancipação econômica das famílias como meio de se contrapor ao avanço do agronegócio. Assim, o associativismo e o cooperativismo constituem marcas das lutas de muitos movimentos camponeses nesse período.

O município de Lago do Junco, localizado na região Mearim, estado do Maranhão, assume um novo direcionamento estratégico para permanência dos trabalhadores no campo com dignidade. Este teve como base os princípios associativos e cooperativos, “encabeçados” pelos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, que articulam a criação de movimentos e associações de apoio institucional aos trabalhadores(as) do campo, a citar a Associação em Áreas de Assentamentos do Maranhão (ASSEMA) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

<sup>6</sup> [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf)

<sup>7</sup> [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=170051-ppc022-20-1&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170051-ppc022-20-1&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse contexto, para organizar e fortalecer a luta em prol da educação pública de qualidade para a população camponesa, o MST criou o setor de educação, com atuação em vários estados da Federação. Implantado ao final da década de 1980, em Imperatriz, com as primeiras ocupações de terra, era composto inicialmente por 25 membros, de formações profissionais diversificadas e tinha como critério básico para participação ser militante do MST ou estar envolvido com escolas em áreas de assentamentos da reforma agrária.

Nessa perspectiva, a luta por políticas públicas específicas para o campo se dá em função do descaso e do abandono da educação no meio rural. Os registros sobre os indicadores da Educação Rural no Maranhão, nos anos de 1998, apontam que

[...] o analfabetismo continua apresentando taxas significativas, que giram ao redor de 30%. Na zona rural, esse índice é ainda mais significativo, saltando para quase 40% da população de 15 anos ou mais de idade. Se considerarmos as pessoas adultas com menos de quatro anos de estudo ou a taxa de analfabetismo funcional, esse índice se eleva para 53% do total, sendo que, na zona rural, esse indicador sobe para 62%.

É ainda mais complexa a realidade dos trabalhadores rurais assentados. Para ilustrar, basta citar os indicadores relativos à instrução escolar dos beneficiários das áreas de assentamento, aferidos a partir do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, que mostram o Maranhão como um dos estados brasileiros com os mais altos índices de analfabetismo nas diversas faixas de idade dessa população.

Esses números indicam que cerca de 45% dos assentados nos projetos de regulamentação fundiária desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são analfabetos, ao passo que o nível de escolarização de aproximadamente 13% corresponde à alfabetização incompleta. Se considerarmos ainda a categoria dos analfabetos funcionais, esse número se eleva para o total de 58% dos trabalhadores assentados, de modo que tais registros denotam o descaso com que as áreas de assentamento são tratadas pelo poder público, tanto federal quanto estadual. (SALES, 2017, p. 5).

Portanto, apesar do discurso da universalização estar presente nas políticas de educação desde o início dos anos 90, no campo, este discurso está longe de tornar-se realidade em função da profunda desigualdade na oferta de oportunidades educacionais e concentração de população analfabeta. As estatísticas negativas sobre os índices de escolarização e analfabetismo confirmam o déficit histórico da escola pública para a classe popular, cujas raízes estão na colonização, na escravidão, na cultura do dominante, no latifúndio e na contínua exclusão das maiorias dos processos político-sociais, decorrente do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



modelo econômico, impedindo-os de assumirem a sua condição de sujeitos histórico-culturais.

## 2.1 O Pronera no Maranhão

No final do ano de 1999, os Movimentos Sociais do Campo O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (ASSEMA<sup>8</sup> e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), a partir de 2007 a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombola do Maranhão (ACONERUQ) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), as IES UFMA, UEMA<sup>9</sup> e o CEFET, atualmente IFMA, o INCRA/MA, a Escola Agrotécnica Federal e o Colégio Universitário (COLUN) se organizaram para a implantação do PRONERA.<sup>10</sup> Essa mobilização estava sintonizada com o Movimento da Educação do Campo em direção a uma concepção contrária ao conceito de educação rural vigente na história desse segmento no país, pois,

[...] em resposta à hegemonia do modelo de organização da agricultura nacional, que movimentos sociais e sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar

<sup>8</sup> A Assema foi fundada por quebradeiras de coco-babaçu e agricultores em 1989. Sua criação se deu em função da concentração de terras e da expansão da pecuária extensiva que levou ao cercamento de grandes áreas de babaçuais - principal fonte de renda dos trabalhadores - pelos grandes fazendeiros. Sua sede localiza-se no município de Pedreiras, na microrregião do Médio Mearim, a 280 km da capital São Luís.

<sup>9</sup> A UEMA se originou da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada pela Lei Estadual nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. A FESM, inicialmente, foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) regulamentada pela Lei estadual nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e seu funcionamento foi autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi. A UEMA desenvolveu Projetos de Alfabetização desde 2001, em parceria com Fetaema e Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão - responsável pela execução financeira dos projetos. Rodrigues (2014) desenvolveu estudo sobre a execução dos projetos envolvendo a universidade estadual, movimentos sociais, INCRA e os demais sujeitos que participaram do projeto, assim como para a produção científica no âmbito da universidade enquanto lócus de produção do conhecimento.

<sup>10</sup> O Pronera foi criado oficialmente em 16 de abril de 1988, através da Portaria nº 10/98, pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, estando vinculado diretamente ao gabinete do Ministro, tendo a aprovação imediata de seu primeiro Manual de Operações.

PROMOÇÃO



APOIO



garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra. A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela se encontram o PRONERA e a Educação do Campo. (MOLINA; JESUS, 2010, p. 29).

Por essa razão, justifica-se pensar em políticas públicas para os que vivem no e do campo, entre elas, a educacional. No que diz respeito à educação do campo, de 1999 a 2017, a UFMA executou projetos de educação por meio do Pronera, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), INCRA/MA, Departamento de Educação II (DE II), COLUN, Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA (FSADU) e comunidades assentadas parceiras. Desenvolveu experiências de Educação do Campo, mais destacadamente, a alfabetização de jovens e adultos e a educação básica nos níveis fundamental e médio (magistério na modalidade normal), e educação superior no Maranhão.

Nesses 25 anos de existência do Pronera no Maranhão, foram beneficiados 23.576 educandos oriundos dos assentamentos de reforma agrária federal, representando um grande avanço para a Educação do Campo. Segue Quadro 02 com atualização do quantitativo de formados.

Quadro 02 – Cursos do Pronera no Maranhão

Nível	Alfabetização e escolarização nos anos iniciais		Formação Nível Médio	Formação técnico-profissional de nível médio	Formação superior e pós-graduação <sup>11</sup>
Cursos	EJA Alfabetização 11 projetos	EJA Anos iniciais 7 projetos	Magistério 3 turmas	Técnico em Agropecuária <sup>12</sup> – 2 turmas Técnico em Agroecologia Saúde Comunitária Ação Residencial Jovem	Pedagogia da Terra – 2 turmas Residência Agrária Agronomia
Total de formados	21. 440 Educadores(as) beneficiados(as) 1049 Educadores(as) do Campo		1.796 Educadores(as) beneficiados(as)		340 Educadores(as) beneficiados(as)
<b>TOTAL DE BENEFICIADOS: 23.576 oportunidades de estudo.</b>					

Fonte: Rodrigues (2014), IPEA (2016) II Pnera/MA, fase I e II e informativo INCRA 25 anos<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Curso de graduação em Zootecnia está em andamento

<sup>12</sup> 2 turmas em andamento

<sup>13</sup> [https://drive.google.com/file/d/15oFUF84nenXwTvJA6PytcTSul-jcCWnp/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/15oFUF84nenXwTvJA6PytcTSul-jcCWnp/view?usp=drive_link)

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Considerando os índices de analfabetismo no Maranhão, a demanda apresentada pelos movimentos sociais em 1999 foi para oferta de 80 turmas de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores rurais assentados da reforma agrária, por meio da parceria MST/ASSEMA, e 80 turmas através da parceria UFMA com a FETAEMA. O objetivo desses primeiros convênios formalizados junto ao INCRA e MDA era alfabetizar 1.600 jovens e adultos e, ao mesmo tempo, escolarizar e capacitar pedagogicamente professores que estavam atuando em sala de aula e tinham somente a 4ª série através do projeto de formação de educadores.

Posteriormente, visando à continuidade desse processo, foi implantado o projeto Magistério I no período de 1999 a 2001, agora em nível médio, tornando-o acessível ao público que concluiu o ensino fundamental, ampliando esse atendimento também para outros sujeitos, inclusive lideranças que ainda não possuem o nível médio e estão engajadas em atividades de cunho educativo nos assentamentos. A avaliação desse projeto no Maranhão apontou para a necessidade de elaboração e realização de novas ações nesse nível de ensino, para jovens e adultos visando dar continuidade à formação de professores em magistério de nível médio em áreas de reforma agrária no estado do Maranhão.

No entanto, diante da inexistência de políticas permanentes e dos baixos indicadores educacionais de oferta e desempenho escolar nas diversas regiões do campo no Maranhão, fizeram com que as parcerias citadas anteriormente apontassem para a continuidade do trabalho e para a urgente elaboração e realização de novos projetos voltados à formação do educador do campo, agora em nível de graduação, com a criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra, visando formar um quadro de educadores(as) do campo e no campo para atender à imensa demanda das escolas em áreas e assentamentos de reforma agrária e nas demais regiões de cultura camponesa, entre as quais as comunidades quilombolas.

O curso de magistério foi a primeira experiência no estado do Maranhão com a formação de educadores e educadoras do campo em áreas de reforma agrária. Dessa forma, desde 1998, o Pronera vem dando um caráter diferenciado nas propostas de educação do campo. Esta política pública do governo federal, executada pelo INCRA no MDA e em universidades brasileiras, vem ampliando o acesso à escolarização formal dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e tornou-se um importante instrumento de democratização do conhecimento, em todos os níveis e modalidades - educação básica, EJA, educação profissional e ensino superior.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com relação à FETAEMA, sua participação ocorreu a partir de 2000, através dos projetos coordenados pela UFMA, além de parceria com a UEMA, formando 520 alunos em curso técnico de nível médio em agropecuária, bem como 36 alunos em curso de graduação em pedagogia para atuar na alfabetização de jovens e adultos, inicialmente uma das maiores demandas educacionais do meio rural maranhense. Os projetos de formação executados em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) constituem um espaço de ampliação e organização da luta dos trabalhadores, ao vivenciarem a realidade da população maranhense.

No que diz respeito ao IFMA, foram executados pelo IFMA quinze projetos, sendo dois de alfabetização de Jovens e adultos – EJA; quatro para professores leigos que realizaram o processo de escolarização 5ª a 8ª série do ensino fundamental, com capacitação pedagógica paralela para atuarem com esse alunos; no ensino médio, dois cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola e Técnico em Agroecologia; no nível superior, houve a oferta de um curso de graduação em Agronomia, especialização lato sensu Residência Agrária. Atualmente está em andamento o curso de graduação em Zootecnia e duas turmas de Técnico em Agropecuária.

Ainda pelo Pronera, ressalta-se a participação do Movimento de Educação de Base (MEB) juntamente com o MST em 2013 por meio do convênio MST/MEB/INCRA<sup>14</sup> para alfabetização de jovens e adultos e escolarização no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) de 1.200 educandos nos municípios de: Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriti, Coêlho Neto, Duque Bacelar, Itapecuru Mirim, Nina Rodrigues, Presidente Vargas, Vargem Grande, Igarapé do Meio, Monção, Governador Newton Belo, Pedro do Rosário, Lagoa Grande, São Roberto e Buriticupu.

Essas ações revelam e reforçam a importância que representa o Pronera para as populações, assim como viabiliza um espaço de reflexão dentro das universidades brasileiras sobre a Educação Básica e sobre ensino superior. Nesse sentido, a interação com os movimentos sociais do campo constitui-se como referência importante no campo do ensino, da pesquisa e extensão através do protagonismo dos sujeitos camponeses, sustentado no

<sup>14</sup> Mais informações ver Rocha (2011, p. 110) e <http://www.mst.org.br/2014/04/10/movimentos-organizam-oficinas-para-promover-eja-nos-assentamentos.html>. Acesso 10/05/2019.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

respeito às especificidades e articulação da educação com as demais lutas por condições dignas de vida no e do campo.

Nessa ótica, a luta dos movimentos sociais do campo (MST, ASSEMA e FETAEMA) em defesa da educação do campo vem contribuindo na formação política dos jovens, e faz com que estes venham construindo uma visão de mundo acerca não só da educação, mas também da reforma agrária. O Pronera, desde 1998, vem dando um caráter diferenciado nas propostas de educação do campo. Esta política pública do governo federal, executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e em universidades brasileiras, vem ampliando o acesso à escolarização formal dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e tornou-se um importante instrumento de democratização do conhecimento, em todos os níveis e modalidades – educação básica, EJA, educação profissional e ensino superior.

### 3 CONCLUSÃO

Nesse percurso, constatamos avanços visando à melhoria da educação da população camponesa, porém, essa tem sido uma luta difícil, pois se destaca, ao longo da história desse estado, um déficit histórico de negação da escola pública ao camponês e aos seus filhos. Dalmagro (2011), apoiada em análise de documentos produzidos pelo MST em 2006 e 2007, destaca as ideias fundamentais do movimento sobre a escola, entre elas: lutar e pressionar o Estado para a criação e a melhoria das condições existentes nos assentamentos; ampliar a oferta do ensino fundamental completo; e ofertar o ensino médio nas próprias áreas de assentamentos. Isto está alicerçado na compreensão de que o acesso à escola se encontra no campo dos direitos e de que o MST precisa estabelecer relações com o Estado, pressionando-o na direção da universalização do direito à educação.

O movimento em defesa da educação do campo tem suas vitórias de acordo com a correlação de forças políticas em evidência. A implementação das iniciativas mencionadas a partir de 1998 representa uma resposta do estado às reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, e o fortalecimento da educação do campo é uma exigência da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, há muito caminho a percorrer no intuito de garantir a educação para todos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. M. de. **O discurso Educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA: Secretaria de Educação, 1984.

ARAÚJO, H. de F. A. **Movimentos sociais e lutas camponesas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2012.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília/UNEFAB, n. 3. p. 24-47, 2006.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm). Acesso em: 24 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

DALMAGRO, S. L. A escola no contexto das lutas do MST. *In*: VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (org.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GARCIA-MARIRRODRIGA, R.; CALVÓ, P. P. **Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. Belo Horizonte: O Lutador, 2012.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes; Paris: AIMFR, 2007. (Coleção Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **II PNERA Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária: avaliação de ações no Maranhão**: Rio de Janeiro, IPEA, 2016.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. **Contribuições do Pronera à Educação do Campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: campo – política pública – educação**. *In*: SANTOS, C. *et al.* **Memória e história do Pronera**. Brasília: MDA/Incra, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural**: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

ROCHA, H. O. **A educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais**. São Luís: EDUFMA, 2011.

RODRIGUES, V. da R. L. **A Educação do Campo no Contexto Histórico-Político do Poneria no Maranhão: limites e desafios**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

QUEIROZ, J. B. **O processo de implantação da Escola Família. O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1997.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. de L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

SALES, F. J. L. O perfil da educação rural no Maranhão na década de 1990. **Educação em Debate**, Fortaleza: UFC, ano 39, n. 73, p. 106-119, jan./jun. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

